Tribunal de Contas do Estado do Pará

ACÓRDÃO Nº. 57.239

(Processo nº. 2015/50194-6)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.

Recorrente: AVERALDO PEREIRA LIMA – Ex-Prefeito Municipal de Vitória do Xingu.

Decisão Recorrida: Acórdão nº. 54.318, de 11/12/2014.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Impedimento: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (art. 178, § 1º, do RITCE-PA).

EMENTA:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS. CONHECIMENTO. CONVÊNIO. CONTAS IRREGULARES. PROVIMENTO PARCIAL. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REDUÇÃO DA GLOSA.

1. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, o recurso deverá ser conhecido;
2. Retificação da decisão para reduzir o valor da glosa;
3. Manutenção dos demais termos do Acórdão recorrido.

Relatório do Exmº. Sr. Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR:

Processo nº.: 2015/50194-6

Tratam os autos do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Averaldo Pereira Lima contra a decisão do Acórdão nº. 54.318, de 11/12/2014, referente ao julgamento da Tomada de Contas do Convênio nº. 085/2004 firmado entre a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu.

O Pleno desta Corte julgou irregulares as contas do recorrente, com devolução do valor de R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais), além da aplicação de multas regimentais.

Alega o recorrente que foi o seu antecessor quem celebrou o convênio e recebeu o valor referente à primeira parcela, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), valor este que não foi aplicado na execução do objeto conveniado e não constava nos cofres públicos municipais.

Já o valor repassado na sua gestão, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), teria sido destinado à execução do convênio, o que não justifica a devolução do

Tribunal de Contas do Estado do Pará

montante fixado no acórdão, visto que o valor pendente a ser comprovado faria parte da contrapartida municipal.

A Secretaria de Controle Externo (fls. 10/12) opina pelo provimento parcial do recurso em exame, sugerindo a reforma da decisão no sentido de julgar as contas regulares, mantendo-se a multa pela instauração da tomada de contas.

O Douto Ministério Público de Contas (fls. 16/24) opina pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Reconsideração e, conseqüentemente, pela manutenção de todos os termos da decisão recorrida.

É o relatório.

VOTO:

Considerando o que atesta o laudo de vistoria constante nos autos, bem como o termo de informação de fls. 29, conheço o recurso e, no mérito, lhe dou provimento parcial, reformando o acórdão TCE/PA nº. 54.318/2014 para julgar as contas do convênio nº. 085/2004 irregulares, com devolução do valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), mantendo os demais termos do Acórdão recorrido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. AVERALDO PEREIRA LIMA, Ex-Prefeito Municipal de Vitória do Xingu, CPF:029.524.672-34, dando-lhe provimento parcial para reduzir a glosa aplicada para o valor de R\$2.300,00 (dois mil e trezentos reais), mantendo os demais termos do Acórdão recorrido.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 25 de janeiro de 2018.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros: NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ODILON INÁCIO TEIXEIRA

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Felipe Rosa Cruz.
MS/0100826